



RELATÓRIO ANUAL 2019


SICOOB
Servidores



Somos o
cooperativismo
no Brasil

somos **coop** 



ÍN- DI- CE

Relatório da Administração.....	04
Relatórios Contábeis.....	08
Demonstrações Contábeis.....	12
Relatório de Auditoria.....	33
Parecer do Conselho Fiscal.....	36

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2019 da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SERVIDORES, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2019 o SICOOB SERVIDORES completou 23 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB SERVIDORES obteve um resultado de R\$ 1.050.039,45 representando um retorno anual sobre o patrimônio líquido de 4%.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 27.300.392,12. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 47.496.157,07. A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	47.496.157,07	100%
--------------------	---------------	------

Os dez maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 5% da carteira, no montante de R\$ 2.468.610,74.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 37.491.394,81, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 10%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	8.970.389,91	24%
Depósitos a Prazo	28.521.004,90	76%

Os dez maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 25% da captação, no montante de R\$ 9.259.365,51.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB SERVIDORES era de R\$ 28.407.387,04. O quadro de associados era composto por 3.221 cooperados, havendo um acréscimo de 172 cooperados em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB SERVIDORES adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL RIO, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito na AGO de 2017, com mandato até a AGO de 2020, o conselho fiscal tem função complementar



à do conselho de administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB SERVIDORES aderiram por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a ouvidoria do SICOOB SERVIDORES registrou 18 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 18 ocorrências, 10 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva



representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Vitória / ES, 13 de março 2020.

MÁRCIO JOSÉ NEVES GOMES
Diretor Presidente

JOSIAS RICAS DE OLIVEIRA
Diretor Financeiro

JOSE JESUS LINS RIBEIRO DA COSTA
Diretor Administrativo

2. RELATÓRIOS CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado de Espírito Santo - SICOOB SERVIDORES
01.330.295/0001-27

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	41.483.987,58	32.486.827,72	CIRCULANTE	42.331.846,24	44.586.812,86
DISPONIBILIDADES (Nota 3.c)	459.455,58	366.111,83	DEPÓSITOS (Nota 11)	37.481.394,81	36.111.476,43
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 4)	27.330.362,12	16.828.484,42	Depósitos à Vista	6.079.305,51	7.882.891,48
Centralização Financeira - Cooperativas	27.330.362,12	16.828.484,42	Depósitos a Prazo	28.021.934,99	26.218.584,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 5)	13.483.863,28	15.251.822,86	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (Nota 12)	1.403.895,84	7.211.572,72
Operações de Crédito	14.751.288,35	15.675.344,70	Empréstimos Fidei - Outras Instituições	1.403.895,84	7.211.572,72
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.257.725,07)	(423.521,70)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.438.948,58	3.083.503,74
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	180.717,11	233.133,71	Cobrança e Arrecadação de Tributos	8.198,61	18.894,82
Créditos por Aval e Fianças Homologadas	140.145,82	-	Sociedade Estatutárias	1.862.414,00	1.885.023,04
Diversas	124.871,80	233.133,71	Pessoal e Previdenciárias	200.174,48	179.836,41
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(84.295,21)	-	Diversas	1.365.794,52	1.581.838,68
OUTROS VALORES E BENS (Nota 7)	19.208,11	193.295,82	NÃO CIRCULANTE	4.338.992,88	2.354,55
Outros Valores e Bens	2.942,80	1.483,80	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	4.338.992,88	2.354,55
Despesas Antecipadas	16.265,31	191.812,02	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (Nota 12)	4.338.879,07	-
NÃO CIRCULANTE	34.173.054,57	38.132.189,94	Empréstimos Fidei - Outras Instituições	4.338.879,07	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	34.173.054,57	38.132.189,94	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 13.4)	7.413,81	2.354,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 5)	31.363.777,34	36.250.961,37	Diversas	7.413,81	2.354,55
Operações de Crédito	32.741.567,82	36.754.477,37	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.988.708,63	26.684.948,35
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.380.790,48)	(513.516,00)	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15.a)	17.314.427,65	15.980.243,64
PERMANENTE	2.809.277,23	2.881.227,67	De Domiciliados no País	17.347.131,82	16.021.894,43
INVESTIMENTOS (Nota 8)	1.241.693,71	1.195.989,87	(Capital a Realizar)	(32.704,17)	(21.650,79)
Outros Investimentos	1.241.693,71	1.195.989,87	RESERVAS DE SOBRAS (Nota 15.b)	10.684.241,43	9.888.708,68
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	1.585.952,20	1.772.875,75	Fundo de Reserva	4.155.907,34	3.430.975,58
Imóveis de Uso	887.611,58	887.611,58	Reservas para Contingências	6.438.734,09	6.438.734,09
Outros Imobilizações de Uso	1.996.058,29	1.990.031,33	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS (Nota 15.c)	1.053.039,45	754.096,03
(Depreciação acumulada)	(1.417.315,65)	(1.180.768,13)			
INTANGÍVEL (Nota 10)	631,32	1.381,94			
Outros Ativos Intangíveis	3.948,81	3.948,81			
(Amortização acumulada)	(3.017,49)	(2.567,77)			
TOTAL DO ATIVO	75.656.941,75	71.583.018,76	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	75.656.941,75	71.583.018,76

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em Reais)

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Espírito Santo - SICOOB
SERVIDORES**

	2º SEMESTRE DE 2019	31/12/2019	31/12/2018
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.729.620,94	13.719.142,50	11.701.385,28
Operações de Crédito - (Nota 18)	6.729.620,94	13.719.142,50	11.699.936,32
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	1.448,96
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA - (Nota 19)	(1.900.648,45)	(4.342.078,67)	(3.383.705,59)
Operações de Captação no Mercado	(926.388,74)	(1.962.368,19)	(2.650.436,93)
Operações de Empréstimos e Repasses	(225.018,26)	(493.598,44)	(211.572,72)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(749.241,45)	(1.886.112,04)	(521.695,94)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.828.972,49	9.377.063,83	8.317.679,69
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.531.665,23)	(7.046.924,48)	(6.436.884,62)
Receitas de Prestação de Serviços - (Nota 20)	763.867,03	1.431.196,41	881.925,08
Despesas de Pessoal - (Nota 21)	(2.471.383,95)	(4.882.816,74)	(4.688.725,95)
Outras Despesas Administrativas - (Nota 22)	(2.374.047,15)	(4.718.036,52)	(4.319.521,25)
Despesas Tributárias	(67.534,34)	(137.660,24)	(102.528,39)
Outros Ingressos/Rendas Operacionais - (Nota 23)	1.355.195,66	2.372.791,25	2.180.157,43
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais - (Nota 24)	(737.762,48)	(1.112.398,64)	(388.191,54)
RESULTADO OPERACIONAL	1.297.307,26	2.330.139,35	1.880.795,07
RESULTADO NÃO OPERACIONAL - (Nota 25)	2.040,84	2.478,77	5.537,28
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL E DAS DESTINAÇÕES ESTATUT.	1.299.348,10	2.332.618,12	1.886.332,35
Juros ao Capital - (Nota 17)	(984.244,75)	(984.244,75)	(940.784,95)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	315.103,35	1.348.373,37	945.547,40
Provisão para Imposto de Renda	(5.425,33)	(17.912,03)	(1.873,22)
Provisão para Contribuição Social	(5.425,33)	(17.912,03)	(2.122,98)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	304.252,69	1.312.549,31	941.551,20
Sobras por Incorporação	-	-	1.068,83
F A T E S - Atos Cooperativos - (Nota 15.d)	-	(131.254,93)	(94.262,00)
Reserva Legal - (Nota 15.d)	-	(131.254,93)	(94.262,00)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	304.252,69	1.050.039,45	754.096,03

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Espírito Santo - SICOOB
SERVIDORES**

	CAPITAL	(-) CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIA	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
Saldos em 31/12/2017	13.815.861,89	(7.861,50)	2.947.421,13	6.438.734,09	379.292,46	23.573.448,07
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Constituição de Reservas	-	-	379.292,46	-	(379.292,46)	-
Movimentação de Capital						
Por Subscrição/Realização	1.699.872,48	(23.759,29)				1.676.113,19
Por Devolução (-)	(1.409.698,34)					(1.409.698,34)
Incorporação	993.379,37	-	-	-	1.068,83	994.448,20
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	941.551,20	941.551,20
Subscrição dos Juros ao Capital	922.460,84	-	-	-	-	922.460,84
IRRF Sobre Juros ao Capital	(11,81)	-	-	-	-	(11,81)
Destinação das Sobras ou Perdas:						
Fundo de Reserva	-	-	94.262,00	-	(94.262,00)	-
F A T E S	-	-	-	-	(94.262,00)	(94.262,00)
Saldos em 31/12/2018	16.021.864,43	(31.620,79)	3.420.975,59	6.438.734,09	754.096,03	26.604.049,35
Movimentação de Capital						
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Constituição de Reservas	-	-	603.276,82	-	(603.276,82)	-
Ao FATES	-	-	-	-	(150.819,21)	(150.819,21)
Movimentação de Capital						
Por Subscrição/Realização	1.962.984,17	(1.083,48)	-	-	-	1.961.900,69
Por Devolução (-)	(1.605.854,15)	-	-	-	-	(1.605.854,15)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	1.312.549,31	1.312.549,31
Subscrição dos Juros ao Capital	968.143,46	-	-	-	-	968.143,46
IRRF Sobre Juros ao Capital	(5,99)	-	-	-	-	(5,99)
Destinação das Sobras ou Perdas:						
Fundo de Reserva - (Nota 15.d)	-	-	131.254,93	-	(131.254,93)	-
F A T E S - (Nota 15.d)	-	-	-	-	(131.254,93)	(131.254,93)
Saldos em 31/12/2019	17.347.131,92	(32.704,27)	4.155.507,34	6.438.734,09	1.050.039,45	28.958.708,53

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Espírito Santo - SICOOB SERVIDORES
01.330.295/0001-27

	2º SEMESTRE DE 2019	31/12/2019	31/12/2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/Perdas do Exercício	315.103,35	1.348.373,37	945.547,40
IRPJ / CSLL	(10.850,66)	(35.824,06)	(3.996,20)
Provisão para Operações de Crédito	749.241,45	1.886.112,04	521.695,94
Outros	-	-	7.050,24
Amortizações - (Nota 10)	364,86	729,72	729,72
Depreciações - (Nota 9)	117.924,23	236.549,52	201.239,56
Sobras/Perdas do Exercício Ajustado	1.171.783,23	3.435.940,59	1.672.266,66
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Operações de Crédito	6.627.353,81	4.759.031,65	(22.607.601,99)
Outros Créditos	56.727,61	52.416,60	232.333,85
Outros Valores e Bens	98.543,81	84.086,51	(52.531,25)
Depósitos a Vista	704.280,99	1.077.498,45	1.319.782,90
Depósitos a Prazo	2.007.673,60	2.302.419,96	(1.105.324,13)
Relações Interdependências	-	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(705.373,13)	(1.478.997,81)	7.211.572,72
Outras Obrigações	(402.473,88)	(221.954,79)	(27.479,95)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	9.558.516,04	10.010.441,16	(13.356.981,19)
Aquisição em Investimentos - (Nota 8)	(95.701,44)	(134.703,84)	(127.508,53)
Aquisição em Imobilizado de Uso - (Nota 9)	(20.568,72)	(30.624,96)	(803.760,03)
Baixa de Imobilizações em Uso	-	-	532,77
Incorporação Imobilizado de uso	-	-	(41.159,30)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	(116.270,16)	(165.328,80)	(971.895,09)
Aumento por novos aportes de Capital	987.777,71	1.961.900,69	1.676.113,19
Devolução de Capital à Cooperados	(1.215.476,73)	(1.605.854,15)	(1.409.698,34)
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES	-	(150.819,21)	-
Incorporação de Capital	-	-	993.379,37
Incorporação das Sobras	-	-	1.068,83
FATES Sobras Exercício	(131.254,93)	(131.254,93)	(94.262,00)
Subscrição de Juros ao Capital	968.143,46	968.143,46	922.460,84
IRRF sobre Juros ao Capital	(5,99)	(5,99)	(11,81)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	609.183,52	1.042.109,87	2.089.050,08
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	10.051.429,40	10.887.222,23	(12.239.826,20)
No Início do Período - (Nota 3.c)	17.708.368,28	16.872.575,45	29.112.401,65
No Fim do Período - (Nota 3.c)	27.759.797,68	27.759.797,68	16.872.575,45
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	10.051.429,40	10.887.222,23	(12.239.826,20)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB SERVIDORES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em reais)

1. Contexto operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SERVIDORES, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 25 de abril de 1996, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SERVIDORES possui 3 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: VITÓRIA-ES e COLATINA-ES.

O SICOOB SERVIDORES tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e



(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 06 de março de 2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil



dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Depósitos Bancários	459.405,58	344.111,03
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	27.300.392,12	16.528.464,42
TOTAL	27.759.797,68	16.872.575,45

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear



para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.



m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

q) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

4. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira – Cooperativas	27.300.392,12	16.528.464,42
TOTAL	27.300.392,12	16.528.464,42

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$ 893.788,71 e R\$ 945.481,58, com taxa média de 101% do CDI nos respectivos períodos.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	14.265.239,00	31.817.972,83	46.083.211,83	50.923.905,63
Financiamentos	486.350,25	926.594,99	1.412.945,24	1.515.916,44
Total de Operações de Crédito	14.751.589,25	32.744.567,82	47.496.157,07	52.439.822,07
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.257.725,97)	(1.380.790,48)	(2.638.516,45)	(937.037,76)
TOTAL	13.493.863,28	31.363.777,34	44.857.640,62	51.502.784,31

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	6.692.494,19	29.392,19	6.721.886,38	-	6.994.338,76	-
A	0,5%	Normal	17.073.091,34	73.044,29	17.146.135,63	(85.731,94)	25.562.461,97	(127.812,51)
B	1%	Normal	6.481.952,81	286.308,42	6.768.261,23	(67.682,61)	12.544.900,49	(126.449,00)
B	1%	Vencidas	313.010,49	-	313.010,19	(3.130,10)	46.328,30	(463,28)
C	3%	Normal	8.571.365,84	544.638,60	9.116.004,44	(273.480,13)	4.635.629,34	(139.068,88)
C	3%	Vencidas	828.630,07	-	828.630,07	(24.858,90)	149.484,65	(4.484,54)
D	10%	Normal	2.455.617,53	210.287,28	2.665.904,81	(266.590,48)	1.590.199,58	(159.019,96)
D	10%	Vencidas	89.684,97	-	89.684,97	(8.968,50)	44.254,90	(4.425,49)
E	30%	Normal	1.419.857,58	188.647,73	1.608.505,31	(462.551,59)	477.011,52	(143.103,48)
E	30%	Vencidas	311.790,96	-	311.790,96	(83.537,29)	68.454,75	(17.836,43)
F	50%	Normal	848.956,14	46.434,19	895.390,33	(447.695,17)	181.222,43	(90.611,22)
F	50%	Vencidas	26.982,51	-	26.982,51	(13.491,26)	23.298,72	(11.649,36)

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
G	70%	Normal	296.115,90	34.192,54	330.308,44	(231.215,91)	46.227,57	(32.359,30)
G	70%	Vencidas	113.596,45	-	113.596,45	(79.517,52)	14.182,49	(9.927,74)
H	100%	Normal	333.723,25	-	333.723,25	(333.723,25)	30.396,32	(30.396,32)
H	100%	Vencidas	226.341,80	-	226.341,80	(226.341,80)	40.430,28	(40.430,28)
Total Normal			44.173.174,58	1.412.945,24	45.586.119,24	(2.188.671,08)	52.062.387,98	(847.620,64)
Total Vencidos			1.910.037,25	-	1.910.037,25	(449.845,37)	377.434,09	(89.217,12)
Total Geral			46.083.211,83	1.412.945,24	47.496.157,07	(2.638.516,45)	52.439.822,07	(937.037,76)
Provisões			(2.494.174,07)	(144.342,38)	(2.638.516,45)		(937.037,76)	
Total Líquido			43.589.037,76	1.268.602,86	44.857.640,62		51.502.784,31	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	6.727.610,89	7.537.628,11	31.817.972,83	46.083.211,83
Financiamentos	136.766,29	349.583,96	926.594,99	1.412.945,24
TOTAL	6.864.377,18	7.887.212,07	32.744.567,82	47.496.157,07

(*) Não contempla provisão para crédito com liquidação duvidosa.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2019	% da Carteira
Pessoas Física	46.083.211,83	1.412.945,24	47.496.157,07	100%
TOTAL	46.083.211,83	1.412.945,24	47.496.157,07	100%

(*) Não contempla provisão para crédito com liquidação duvidosa.

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	(937.037,76)	(435.133,03)
Constituições / Reversões	(1.788.381,18)	(541.753,45)
Transferência para Prejuízo	86.902,49	39.848,72
TOTAL	(2.638.516,45)	(937.037,76)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	370.534,81	1%	417.456,90	1%
10 Maiores Devedores	2.468.610,74	5%	2.985.130,00	6%
50 Maiores Devedores	8.947.461,81	19%	10.165.402,20	19%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	421.294,82	309.105,05
Valor das Operações Transferidas no Período	100.338,14	68.491,75
Valor das Operações Recuperadas no Período	(85.962,25)	(33.287,22)
Incorporação	-	76.985,24
Valor dos Descontos Concedidos nas Operações Recuperadas	(665,21)	-
Baixa por Renegociação	(25.947,37)	-
TOTAL	409.058,13	421.294,82

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados (a)	140.140,52	-
Adiantamentos e Antecipações Salariais	48.406,16	70.094,71
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	16.528,67	5.756,70
Impostos e Contribuições a Compensar	10.668,17	32.028,71
Pagamentos a Ressarcir	-	540,18
Devedores Diversos – País (b)	49.268,80	124.713,41
(-) Provisões para Outros Créditos (c)	(84.295,21)	-
TOTAL	180.717,11	233.133,71

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Refere-se a pendências a regularizar (R\$ 2.644,87), empresas conta descontos em folha (R\$ 44.951,44) e valores a receber – bloqueio judicial Bacen (R\$ 1.672,49).

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E	30%	Normal	31.657,82	31.657,82	(9.497,34)
E	30%	Vencidas	42.778,16	42.778,16	(12.833,45)
F	50%	Normal	2.924,96	2.924,96	(1.462,48)
F	50%	Vencidas	2.326,97	2.326,97	(1.163,49)
G	70%	Vencidas	3.713,88	3.713,88	(2.599,72)
H	100%	Vencidas	56.738,73	56.738,73	(56.738,73)
Total Normal			34.582,78	34.582,78	(10.959,82)
Total Vencidas			105.557,74	105.557,74	(73.335,39)
Total Geral			140.140,52	140.140,52	(84.295,21)
Provisões			(84.295,21)	(84.295,21)	
Total Líquido			55.845,31	55.845,31	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Material em Estoque	2.642,00	1.483,00
Despesas Antecipadas (a)	16.567,11	101.812,62
TOTAL	19.209,11	103.295,62

(a) Registram-se no grupo despesas antecipadas prêmios de seguros (R\$ 11.190,61) e vale transportes (R\$ 5.376,50).

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	Aquisições	31/12/2019
Participação Sicoob Central Rio	1.077.870,19	127.723,87	1.205.594,06
Participação Inst. Finac. Controlada Coop Crédito	29.119,68	6.979,97	36.099,65
TOTAL	1.106.989,87	134.703,84	1.241.693,71

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	Aquisições	Depreciação	31/12/2019
Terrenos	-	7.541,02	-	-	7.541,02
Edificações	4%	980.070,54			980.070,54
(-) Depr. Acum. Edificações		(274.595,12)		(38.957,64)	(313.552,76)
Instalações	10%	470.946,27			470.946,27
(-) Depr. Acum. Instalações		(60.062,50)		(45.692,04)	(105.754,54)
Móveis e Equip. de uso	10%	617.874,59	2.189,00		620.063,59
(-) Depr. Acum. Móv. Equip. de uso		(336.477,01)		(42.619,89)	(379.096,90)
Sistema de Comunicação	10%	49.781,89			49.781,89
(-) Depr. Acum. Sist. Comunicação		(22.337,09)		(3.135,36)	(25.472,45)
Sistema de Processamento de Dados	20%	591.255,72	21.822,56		613.078,28
(-) Depr. Acum. Sist. Proc. de Dados		(365.287,05)		(73.196,43)	(438.483,48)
Sistema de Segurança	10%	91.172,86	6.613,40		97.786,26
(-) Depr. Acum. Sist. Segurança		(18.921,18)		(17.148,12)	(36.069,30)
Veículos	10%	145.000,00			145.000,00
(-) Depr. Acum. Veículos		(103.086,18)		(15.800,04)	(118.886,22)
TOTAL		1.772.876,76	30.624,96	(236.549,52)	1.566.952,20

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objetivo os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa Amortização	31/12/2018	Amortizações	31/12/2019
Outros Ativos Intangíveis	20%	3.648,81	-	3.648,81
(-) Amort. Acum.- Outros ativos		(2.287,77)	(729,72)	(3.017,49)
TOTAL		1.361,04	(729,72)	631,32

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "*Pro rata temporis*"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	8.970.389,91	-	7.892.891,46	-
Depósito a Prazo	28.521.004,90	0,42	26.218.584,94	0,59
TOTAL	37.491.394,81		34.111.476,40	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	1.897.984,59	5%	1.675.225,07	5%
10 Maiores Depositantes	9.259.265,51	25%	8.744.621,39	26%
50 Maiores Depositantes	19.022.185,27	52%	17.491.443,37	52%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.910.080,31)	(2.600.226,23)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(52.287,88)	(50.210,70)
TOTAL	(1.962.368,19)	(2.650.436,93)

12. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2019			31/12/2018
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante
Cooperativa Central	0,15% + CDI	15/01/2024	1.403.895,84	4.328.679,07	5.732.574,91	7.211.572,72
TOTAL			1.403.895,84	4.328.679,07	5.732.574,91	7.211.572,72

13. Outras obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assealhados – 13.1	8.166,91	-	16.664,60	-
Sociais e Estatutárias – 13.2	1.862.414,00	-	1.885.023,04	-
Fiscais e Previdenciárias – 13.3	200.174,46	-	179.936,41	-
Diversas – 13.4	1.365.794,22	7.413,91	1.581.939,69	2.354,55
TOTAL	3.436.549,59	7.413,91	3.663.563,74	2.354,55

13.1 Cobrança e arrecadação de tributos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assealhados	8.166,91	16.664,60
TOTAL	8.166,91	16.664,60

13.2 Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (a)	714.394,96	913.206,36
Resultado de Atos com Não Associados (a)	41.437,20	41.437,20
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.106.581,84	930.379,48
TOTAL	1.862.414,00	1.885.023,04

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.3 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	31.765,14	27.032,22
Impostos e Contribuições sobre Salários	158.848,72	139.772,00
Outros	9.560,60	13.132,19
TOTAL	200.174,46	179.936,41

13.4 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	-	-	16.081,34	-
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	5,80	-	-	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	328.444,22	-	299.916,27	-
Provisão para Passivos Contingentes (Nota 31)	520.503,29	-	511.503,29	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	257.210,22	7.413,91	113.155,91	2.354,55
Credores Diversos – País (c)	259.630,69	-	641.282,88	-
TOTAL	1.365.794,22	7.413,91	1.581.939,69	2.354,55

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal (R\$ 279.446,42) e outras despesas administrativas (R\$ 48.997,80).

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 8.618.487,76 (R\$ 8.275.494,87 em 31/12/2018), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Referem-se a pendências a regularizar (R\$ 6.120,00), pendências a regularizar – Bancoob (R\$ 83.928,77), outros (R\$ 166.817,12) e cheques depositados (R\$ 2.764,80).

14. Instrumentos financeiros

O SICOOB SERVIDORES opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019** e de **2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	17.314.427,65	15.990.243,64
Associados	3.221	3.048

b) Reserva legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades. Em 31/12/2019 a Reserva Legal totalizava R\$ 4.155.507,34.

c) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Conforme aprovado em reunião assembleia geral, datado em 25/04/2019, foi deliberado que as sobras do exercício, no valor de R\$ 603.276,82, devem ser destinadas para Reserva Legal, com objetivo de melhorar o patrimônio líquido e respectivamente os limites operacionais.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobras Antes das Destinações Estatutárias	1.312.549,31	941.551,20
Sobras do Processo de Incorporação à Disposição da Assembleia Geral	-	1.068,83
Sobra Líquida, Base de Cálculo das Destinações	1.312.549,31	942.620,03
Destinações Estatutárias		
Reserva Legal - 10%	(131.254,93)	(94.262,00)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional E Social - 10%	(131.254,93)	(94.262,00)
Sobras à Disposição da Assembleia Geral	1.050.039,45	754.096,03

16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra/Perda Líquida do Exercício antes IRPJ e CSLL	1.348.373,37	945.547,40
Resultado de Atos com Associados	(1.191.394,00)	(989.624,87)
Ajustes do Resultado com Não Associados (IRPJ/CSLL)	(35.824,06)	(3.996,20)
Outras Deduções (Conforme Res. 129/16 e Res. 145/16)	(361.343,38)	(316.482,51)
Resultado de Atos com Não Associados Conf. Art. 87 da Lei 5.764/71	(240.188,07)	(364.556,18)

17. Provisão de juros ao capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

18. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	97.184,17	197.657,04	121.756,38
Rendas de Empréstimos	6.375.835,94	12.977.343,01	11.144.097,30
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	19.927,95	46.703,06	78.522,31
Rendas de Financiamentos	190.783,02	385.404,81	321.949,65
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	45.889,86	112.034,58	33.610,68
TOTAL	6.729.620,94	13.719.142,50	11.699.936,32

19. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Captação	(926.388,74)	(1.862.368,19)	(2.650.436,83)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(225.018,26)	(493.598,44)	(211.575,72)
Provisões para Operações de Crédito	(749.241,45)	(1.886.112,04)	(521.695,94)
TOTAL	(1.900.648,45)	(4.342.078,67)	(3.383.708,59)

20. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	12.596,80	22.523,10	994,96
Rendas de Outros Serviços	749.687,47	1.406.162,65	878.941,38
Rendas de Serviços Prioritários – PF	1.488,26	2.411,66	1.948,24
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	94,50	99,00	40,50
TOTAL	763.867,03	1.431.196,41	881.925,08

21. Despesas de pessoal

Descrição	2º semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(86.003,19)	(159.720,21)	(159.720,21)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(497.532,57)	(984.840,69)	(932.548,94)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(410.885,33)	(887.528,27)	(916.335,72)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(473.844,89)	(926.751,02)	(874.509,05)
Despesas de Pessoal – Proventos	(977.582,66)	(1.868.632,02)	(1.748.925,49)
Despesas de Pessoal – Treinamento	-	(1.220,58)	0,00
Despesas de Remuneração de Estagiários	(25.535,31)	(54.123,95)	(56.686,54)
TOTAL	(2.471.383,95)	(4.882.816,74)	(4.688.725,95)

22. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(28.586,14)	(67.119,99)	(45.586,54)
Despesas de Aluguéis	(76.634,80)	(150.842,12)	(180.713,32)
Despesas de Comunicações	(117.504,72)	(239.792,18)	(202.018,19)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(18.667,63)	(38.585,65)	(101.672,73)
Despesas de Material	(9.472,15)	(23.724,86)	(44.282,37)
Despesas de Processamento de Dados	(255.637,85)	(485.146,32)	(396.470,54)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(514,00)	(514,00)	(26.042,78)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(15.115,20)	(33.641,55)	(60.203,70)
Despesas de Seguros	(17.991,59)	(34.635,66)	(19.621,97)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(355.589,00)	(698.345,99)	(582.191,49)
Despesas de Serviços de Terceiros	(121.612,89)	(254.449,50)	(281.805,98)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(72.153,23)	(143.102,31)	(120.752,02)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(292.880,24)	(584.175,14)	(556.599,71)
Despesas de Transporte	(29.557,25)	(67.105,59)	(59.783,32)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	-	(214,75)
Despesas de Viagem no País	(6.450,86)	(20.161,52)	(45.992,65)
Despesas de Amortização	(364,86)	(729,72)	(729,72)
Despesas de Depreciação	(117.924,23)	(236.549,52)	(201.239,56)
Outras Despesas Administrativas	(837.390,51)	(1.639.414,90)	(1.393.619,91)
TOTAL	(2.374.047,15)	(4.718.036,52)	(4.319.521,25)

23. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	116.567,71	149.156,94	136.361,13
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	519.782,46	893.788,71	945.481,58
Outras	170.169,68	249.555,47	10.146,73
Outras Rendas Operacionais	548.675,81	1.080.290,13	1.088.167,99
TOTAL	1.355.195,66	2.372.791,25	2.180.157,43

24. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2º Semestre de 2019	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Provisões Passivas	(216.087,90)	(407.669,14)	(69.999,84)
Outras Despesas Operacionais	(521.674,58)	(704.729,50)	(318.191,70)
TOTAL	(737.762,48)	(1.112.398,64)	(388.191,54)

25. Resultado não operacional

Descrição	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos de Capital	2.152,85	3.115,28	1.128,30
Outras Rendas não Operacionais	-	-	4.422,96
(-) Perdas de Capital	(112,01)	(636,51)	(13,98)
Resultado Líquido	2.040,84	2.478,77	5.537,28

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	4.247,59	0,01%	(412,94)
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.373.688,15	1,63%	(19.614,54)
TOTAL	1.377.935,74	1,63%	(20.027,48)
Montante das Operações Passivas	1.608.487,39	7,66%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	7.565,49	(106,08)	0,84%
Empréstimo	607.997,78	(10.352,93)	1,35%
Financiamento	58.425,15	(572,90)	4,14%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	435.522,60	4,98%	-
Depósitos a Prazo	1.994.487,09	6,99%	0,39%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	2,69%
Financiamento	2,05%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	1,14%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	103,23%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	1,59%
Aplicações Financeiras	7,66%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimo	245.097,22
Financiamento	124.021,03

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

31/12/2019	31/12/2018
306.543,60	266.215,52

f) No exercício de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(808.430,63)
Encargos Sociais	(181.835,65)
Auxílio Alimentação / Refeição	(133.410,06)
Auxílio Combustível	(43.000,00)

27. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SERVIDORES, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC RIO DE JANEIRO LTDA - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os



sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SERVIDORES responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

28. Gerenciamento de risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

28.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

28.2 Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência



de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

28.3 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

28.4 Risco de crédito e risco socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o



uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28.5 Gestão de continuidade de negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimonial	2.170.000,00	1.961.000,00
Veículos	240.000,00	250.000,00
Valores	720.000,00	1.230.000,00
TOTAL	3.130.000,00	3.441.000,00

30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/2013 compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR), totalizando o valor de R\$ 28.407.387,04, encontra-se compatível com grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2019, com percentual de Índice de Basileia 52,87%.

31. Contingências passivas

Com base nas informações dos assessores jurídicos do SICOOB SERVIDORES, sobre os processos judiciais nos quais a cooperativa figurava como polo passivo, que foram classificados com risco de perda provável, totalizaram R\$ 520.503,29, sendo 04 processos de natureza cível, que foram provisionados na sua totalidade, em conformidade à Resolução CMN nº 3.823/09 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 25. Em 31.12.2018, não existiam processos judiciais nos quais a cooperativa figurava como polo passivo, classificados com perda possível.

Vitória/ES, 06 de março de 2020.

MÁRCIO JOSÉ NEVES GOMES
Diretor Presidente

JOSIAS RICAS DE OLIVEIRA
Diretor Financeiro

JOSE JESUS LINS RIBEIRO DA COSTA
Diretor Administrativo

RAFAEL DIAS
Contador
CRC/RJ 102099/O-7

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

Ao Conselho de Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Espírito Santo Ltda.
- SICOOB SERVIDORES

Vitória/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Espírito Santo Ltda. - SICOOB SERVIDORES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Espírito Santo Ltda. - SICOOB SERVIDORES em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles

internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Ribeirão Preto/SP, 13 de março de 2020.

Edimilson Artilha Vieira
Contador - CRC – SP 280575/O



5. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do **Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB SERVIDORES**, em cumprimento das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e Relatório da Auditoria, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e encontrado tudo em perfeita ordem, de acordo com a escrituração e com o que determina a legislação pertinente, consideram que refletem a situação econômica financeira da cooperativa e recomendam a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Vitória (ES), 30 de abril de 2020.



Djalma Faustino da Silva
Conselheiro efetivo



Fabio Coutinho Barros
Conselheiro efetivo



Nemerson Mônico Comério
Conselheiro efetivo





SICOOB
Servidores

Somos feitos de

**VA
LO
RES**

